



V.21 nº44 (2025)

REVISTA DA

AN PE GE

ISSN 1679-768X

a

ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-graduação e
Pesquisa em Geografia

DOSSIÊ GEOGRAFIA BRASILEIRA NA UGI

A forma-conteúdo das regiões turísticas

The form-content of tourist regions

La forma-contenido de las regiones turísticas

DOI: 10.5418/ra2025.v21i44.19603

HUGO AURELIANO DA COSTA

Prefeitura Municipal de Natal

MARIA APARECIDA PONTES DA FONSECA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

V.21 n°44 (2025)

e-issn : 1679-768X

RESUMO: A região é historicamente um conceito estruturante em diversas áreas de conhecimento e na administração dos Estados. Muitos governos utilizam a categoria região com o intuito de auxiliar o planejamento e a gestão pública. A região turística, por sua vez, desempenha papel muito importante para os Estados e para a própria academia, especialmente para aqueles que se dedicam ao estudo das articulações regionais do turismo. O objetivo deste estudo é contribuir para a compreensão da região turística em consonância com o debate teórico atual, elucidando como as regiões turísticas devem ser concebidas, diante das transformações contemporâneas. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o intuito de investigar, de forma teórico-conceitual, o caráter regional atual dos fenômenos socioespaciais e como o turismo se estrutura regionalmente. Assim, propõe-se uma conceituação da região turística e dos elementos que contribuem para o seu entendimento.

Palavras-chave: região; região turística; turismo; forma-conteúdo.

ABSTRACT: The region is historically a structuring concept in various fields of knowledge and in the administration of States. Many governments use the category of region in order to assist in planning and public management. The tourist region, in turn, plays a very important role for the States and for academia itself, especially for those dedicated to the study of regional articulations in tourism. The objective of this study is to contribute to the understanding of the tourist region in line with the current theoretical debate, elucidating how it should be conceived in light of contemporary transformations. To this end, a bibliographic research was conducted with the aim of investigating, in a theoretical-conceptual manner, the current regional character of socio-spatial phenomena and how tourism is structured regionally. Thus, a conceptualization of the tourist region and the elements that contribute to its understanding is proposed.

Keywords: region; tourist region; tourism; form-content.



Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. CC BY - permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que o atribuam o devido crédito pela criação original.

RESUMEN: La región es históricamente un concepto estructurante en diversas áreas del conocimiento y en la administración de los Estados. Muchos gobiernos utilizan la categoría de región con el propósito de auxiliar la planificación y la gestión pública. La región turística, a su vez, desempeña un papel muy importante para los Estados y para la propia academia, especialmente para aquellos que se dedican al estudio de las articulaciones regionales del turismo. El objetivo de este estudio es contribuir a la comprensión de la región turística en consonancia con el debate teórico actual, elucidando cómo deben concebirse las regiones turísticas ante las transformaciones contemporáneas. Para ello, se llevó a cabo una investigación bibliográfica con el propósito de investigar, de manera teórico-conceptual, el carácter regional actual de los fenómenos socioespaciales y cómo el turismo se estructura regionalmente. Así, se propone una conceptualización de la región turística y de los elementos que contribuyen a su comprensión.

Palabras clave: región; región turística; turismo; forma-contenido.

INTRODUÇÃO

Este ensaio objetiva discutir como o debate regional do turismo pode ser atualmente concebido. A região é um dos principais conceitos utilizados pela ciência geográfica e, por décadas, foi considerado o objeto de estudo da Geografia (Claval, 2007). Além disso, dada a influência da Geografia sobre os diferentes Estados, a região também foi (e é) utilizada pelos governos para instituir políticas públicas e, consequentemente, para gerir o território (Lacoste, 1988). Com isso, o debate regional obteve protagonismo no mundo, principalmente nos últimos 150 anos.

No turismo, as regiões são consideradas estruturas imprescindíveis para a gestão e o planejamento. É fato que a principal política pública do Brasil – o Programa de Regionalização do Turismo – utiliza a categoria região turística como referência para o delineamento da macropolítica nacional desde 2004 (Brasil, 2019). Com a delimitação das regiões turísticas identificadas por essa política pública, os Estados e os municípios passaram a se articular regionalmente para estruturar um conjunto de ações, compreendendo que o turismo se desenvolve no âmbito regional e os entes públicos se adaptaram a esse fato geográfico.

Apesar da representatividade do debate regional entre acadêmicos e gestores públicos, observam-se lacunas no que se refere à compreensão conceitual de região (turística) (Costa, 2024). Para Santos (2012a), a realidade está em constante processo de transformação. Se a realidade muda, as definições dos conceitos também se modificam. Por isso, utilizar definições de conceitos de décadas passadas é um erro, uma vez que a realidade hoje é muito diferente da anterior.

Dessa forma, o objetivo deste estudo é contribuir para a compreensão da região turística em consonância com o debate teórico atual, elucidando como as regiões turísticas devem ser concebidas diante das transformações contemporâneas. Para isso, foi realizada uma ampla pesquisa bibliográfica com o intuito de investigar o estado da arte desse conceito, bem como apreender como os fenômenos socioespaciais emergentes no mundo globalizado se manifestam regionalmente, incluindo o turismo. Assim, o presente ensaio se trata de uma pesquisa exploratória que se debruça sobre uma reflexão teórico-conceitual a respeito da discussão sobre a forma-conteúdo das regiões turísticas, fundamentando-se na produção bibliográfica nacional e internacional. A abordagem adotada por este estudo envolve revisão crítica de literatura existente a respeito do fenômeno regional do turismo, especialmente de artigos e livros que discutem essa questão. Portanto, após extensa pesquisa, propõem-se elementos e definições que contribuam para a compreensão da região geográfica e, sobretudo, da região turística, a partir do debate estabelecido atualmente.

A fim de atingir esses objetivos, o presente ensaio se divide em 4 seções. A primeira expõe os objetivos e motivações para o presente estudo. Na segunda seção são evidenciados os fundamentos conceituais atuais da região geográfica e como a discussão regional precisou ser atualizada nas últimas décadas. A terceira seção debate o caráter regional do turismo, abordando a definição e as bases que fundamentam as regiões turísticas atualmente. Na quarta e última seção estão as considerações finais.

REGIÃO GEOGRÁFICA: FORMA-CONTEÚDO ATUAL

Alguns conceitos geográficos perpassam o debate científico e são discutidos por instituições e/ou movimentos sociais. Um dos conceitos clássicos da Geografia é o de região, comumente considerado um conceito polissêmico.

O Estado sempre utilizou o conceito de região com o intuito de designar áreas com similaridades. Portanto, conforme Ribeiro (2015), os Estados, ao trabalharem a ideia de região, associam o debate da categoria região com a regionalização, pois, segundo a autora supracitada, a regionalização é uma ferramenta instituída por um governo/pesquisador para apreender, classificar ou conceber regiões, enquanto a região é um fato da realidade. Além disso, “outro fator que está associado a essa indissociabilidade entre região e regionalização são os critérios instituídos para se delimitar as regiões, tendo em vista que as regionalizações existem alicerçadas em critérios que permitam definir uma determinada área” (Costa, 2024, p. 99).

Embora os pesquisadores e/ou movimentos sociais possam regionalizar qualquer fenômeno socioespacial para distintas finalidades, normalmente quem o faz é o Estado (Lencioni, 2003). A regionalização é, por consequência, a instituição das regiões que facilitam o planejamento e a gestão territorial, e é em virtude disso que os diferentes Estados buscam regionalizar. Para Haesbaert (2010, p. 95), ao longo da história a região assumiu “um sentido mais normativo ou ‘pragmático-político’”, sendo um “instrumento de ação e/ou intervenção do real, ou seja, de alguma forma vinculada a mecanismos de planejamento e ação”.

Daí que se pode afirmar que “a indissociabilidade entre região e regionalização é indispensável para o planejamento regional” (Costa, 2024, p. 99). Anssi Paasi (2020, p. 7 e 8, tradução nossa)¹ afirma que “a regionalização, como uma prática para distinguir regiões dividindo ou integrando espaços, é continuamente importante tanto no planejamento regional quanto na governança da espacialidade da vida social”. As regiões, por terem formas espaciais, tornam-se vinculadas ao planejamento estatal, que, ao observar essa forma espacial, entende que o ente regional é o melhor para otimizar atividades que são alvos da gestão pública (saúde, educação, segurança, economia, turismo, dentre outras). Por isso o Estado regionaliza, pois entende que a administração e o planejamento de tais atividades tornam-se mais adequadas e factíveis a partir da instituição de regiões.

Houve uma crise acerca do debate regional nas últimas décadas. Apesar das regiões continuarem sendo objeto de intervenção por variados governos, parte das ciências humanas atestou o fim da categoria região graças à estrutura e dinâmica assumida pelo capitalismo global. A globalização padronizou o consumo, estandardizou lugares e impôs comportamentos homogêneos em praticamente todos os países do mundo. Lacoste (1988) chamou a região geográfica criticamente de conceito-obstáculo; Oliveira (2003) afirmou que as regiões desapareceram por causa da homogeneização do espaço provocada pelo capitalismo. A região, com isso, deixou de existir? Milton Santos (2012a, p. 247), pelo contrário, argumenta que “a região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem”. Em síntese, “as regiões

foram, no passado, sinônimo de territorialidade absoluta de um grupo, através de suas características de identidade, de exclusividade e de limites. Hoje, o número de mediações é muito grande, o que induz, frequentemente, à confusão de imaginar que a região já não existe” (Santos, 2013, p. 94).

Logo, na prática, não foram as regiões que deixaram de existir, mas seu conteúdo que se complexificou. Paul Claval (2016), por exemplo, refletiu sobre a questão regional e assegurou que a problemática desse debate perpassa pela atual complexidade das regiões. O referido autor não menciona, em nenhum momento, que a região desaparece, observando as mudanças assumidas no seu conteúdo em relação às definições de região do século XIX e boa parte do século XX. Caso um pesquisador utilize o conceito de região de 100 anos atrás, a análise estará fragilizada. O que se deve fazer, segundo Claval, é atualizar o debate regional em conformidade com as características assumidas pelas regiões no século XXI.

É nesse novo cenário do mundo atual, muito mais complexo, que as regiões continuam a persistir. Para Paasi (2020, p. 5, tradução nossa)², “a previsão era de que a região desapareceria junto com o surgimento da ‘modernidade dinâmica’ nas sociedades. No entanto, a região persistiu obstinadamente tanto nos debates acadêmicos quanto nas práticas sociais mais amplas”. Milton Santos (2003, p. 59), de maneira idêntica, menciona que “passamos de um mundo onde a região se dava a partir de uma solidariedade orgânica a um mundo onde ela existe a partir de uma solidariedade organizacional”. Ou seja, em ambos os casos os autores trazem argumentos sólidos e semelhantes aos de Paul Claval – que as regiões persistem com conteúdo diferente em relação às definições de décadas passadas.

Murphy & O'Loughlin, por exemplo, apontam que

a geografia regional que é necessária hoje é diferente da geografia regional de meados do século XX, e não é a geografia regional que se encontra em relatos populares sobre o papel da geografia nos assuntos contemporâneos (por exemplo, Kaplan, 2009). Em vez disso, é uma geografia regional que se preocupa com a explicação, e não apenas com a descrição; que trata as regiões como produtos em constante mudança das relações sociais e econômicas, e não simplesmente como unidades que precisam ser compreendidas; e que não olha para as regiões isoladamente, mas as vê em relação aos desenvolvimentos que se desdobram acima e abaixo da escala da região (Murphy & O'loughlin, 2009, p. 242, tradução nossa).³

O debate regional atual não se fundamenta com base nas descrições, como ocorria nas regionalizações dos séculos passados. Hoje é a explicação da estrutura dos elementos que compõem a região e que deve ser levada em consideração. A explicação exige ir além da descrição, isto é, deve-se entender que as regiões não se circunscrevem em si mesmas e sofrem a influência de distintas escalas em sua constituição, compreendendo como cada elemento se interrelaciona e que o conteúdo regional está sempre se modificando. Portanto, o caráter conceitual das regiões se complexificou.

Com isso, um ponto imprescindível é que as regiões devem se basear na estrutura contemporânea dos fenômenos geográficos. Milton Santos (2012b, p. 90) sugere que “a região se definiria, assim, como o resultado das possibilidades ligadas a uma certa presença, nela, de capitais fixos exercendo determinado papel ou determinadas funções técnicas e das condições do seu funcionamento econômico, dadas pela rede

relações acima indicadas”. Ou seja, “o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a sua *coerência funcional*” (Santos, 2012a, p. 247, *grifos nossos*). É a coerência entre os elementos do espaço geográfico, mediante uma rede de relações, que compõe as regiões.

Paasi (2009, p. 467, tradução nossa, *grifos nossos*)⁴, por sua vez, infere que “as regiões não são, portanto, ilhas isoladas, mas *efetivamente constituídas por redes e processos que se estendem muito além das fronteiras de cada região*. Atualmente, esse contexto é, na maioria das vezes, o cenário neoliberal global. As regiões também são específicas no tempo e no espaço, tendo seu início e fim”.

Destarte, a conceituação e delimitação das regiões necessitam ocorrer mediante a forma em que elas são percebidas espacialmente, ou, em outras palavras, “através da coerência funcional entre os elementos componentes das atividades e com as redes conectando os diferentes agentes/elementos do espaço. É isso o que irá permitir visualizar as distintas articulações regionais/espaciais dos fenômenos geográficos” (Costa, 2024, p. 102).

A temática da explicação da região mediante sua situação geográfica não é recente. Pierre Monbeig (1957, p. 146) argumentava que “a estrutura econômica é o fator decisivo, a chave das duas características fundamentais da geografia paulista: dinamismo e instabilidade. É lógico, portanto, ir buscar nos fatos econômicos os elementos de uma divisão regional”. Logo, com base nesse autor, entende-se que a estrutura espacial dos fatos econômicos contribui para a compreensão das regiões, que são delimitadas pela articulação e integração entre os elementos econômicos (do espaço geográfico). Monbeig (1957) já identificava, na plenitude do paradigma fordista, o dinamismo e instabilidade das regiões.

Assim sendo, as regiões não devem ser consideradas como áreas fechadas e imutáveis. As regiões têm formas espaciais de acordo com a espacialidade dos fenômenos. Caso os fenômenos geográficos mudem suas relações e, por consequência, as articulações regionais, os limites regionais também serão transformados. É por isso que delimitar regiões é extremamente complexo.

Além da instabilidade regional, Kayser (1968) menciona outros elementos que corporificam o debate regional. Segundo o autor mencionado (1968, p. 281), “a região é de qualquer forma um fenômeno geográfico” devido à sua representatividade espacial. Com relação à sua delimitação, “os limites regionais são múltiplos, dinâmicos” (*ibidem*, p. 282) e, por consequência, existem. É papel de quem regionaliza observar essa forma espacial que se vincula a uma organização. A organização espacial, de tal modo, é “o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos” de forma específica no espaço geográfico (Côrrea, 2003, p. 30). As regiões geográficas, destarte, têm uma forma geográfica e suas existências se vinculam a essa organização espacial, por isso que Lobato Corrêa argumenta que as regiões devem ser baseadas na sua organização espacial ou, como Santos (2012a) exemplifica, em sua forma-conteúdo. Com isso, “a região não é, então, mero recorte organizado de um mundo específico, mas é a realização de relações específicas sobre um espaço diverso, aberto e polifônico” (Nonato Júnior, 2016, p. 234).

Portanto, a região existe a partir da coerência funcional entre os elementos integrados espacialmente. A região engloba fixos e fluxos conectados funcionalmente que se articulam por intermédio das redes geográficas. Essa definição é a que norteia o entendimento atual sobre a região. “Assim, o *regional* seria dado exatamente por tais formas, consideradas, porém, como *formas-conteúdo* e não como formas vazias” (Santos, 2012b, p. 90). Isso leva a afirmar que a região é considerada uma forma-conteúdo.

Para Vargas (2018, p. 639, tradução nossa, *grifos nossos*)⁵, “a região é um mar de relacionamentos, formas, estruturas, funções e organizações pertencentes a diferentes camadas de *interação*”, ou seja, o conteúdo regional se complexifica em virtude dessa estrutura. Nóbrega (2015, p. 109) menciona ainda que, “na contemporaneidade, o entendimento de processos multiescalares tornou capaz de revelar que a região obedece a fenômenos muito mais complexos, permitindo-nos ampliar os sentidos da regionalização, o que faz emergir o reconhecimento de regiões através da articulação do seu conteúdo por meio das redes (em perspectiva ampla)”.

Por isso que a região não é apenas um recorte espacial. A região tem uma forma-conteúdo, isto é, uma estrutura entre variados elementos que existem conforme uma organização espacial. Desse modo, a coesão funcional de um fenômeno socioespacial se estabelece de forma regional e é graças a isso que a forma-conteúdo das regiões está relacionada à coerência funcional entre os elementos do espaço geográfico naquela localidade. Em síntese, conforme Costa (2024, p. 103),

a definição de região com base em sua coerência funcional permite um entendimento e aplicabilidade do próprio conceito no processo da regionalização, pois o arranjo regional ocorre mediante a territorialização dos fenômenos no espaço geográfico conectados por intermédio das redes. Essa territorialização, com as variadas articulações, corresponde a uma organização. É essa forma espacial com o conteúdo (função, estrutura e processo) que corresponde às regiões. Por essa razão, as áreas das regiões são complexas, afinal devem existir conforme o fenômeno se territorializa e se articula espacialmente.

Rogério Haesbaert (2010) traz uma discussão profícuca acerca do debate regional atual. Segundo esse autor, as regiões se complexificaram no mundo atual a ponto de que “a região, enquanto uma espécie de unidade espacial definida a partir de uma articulação de relações socioespaciais, dotada de similaridade (‘homogeneidade relativa’) e/ou de coesão (funcional e/ou simbólica), evidentemente, é sempre definida a partir de sua especificidade, de sua diferenciação ou contraste” (Haesbaert, 2010, p. 127). Logo, a coesão funcional é um dos aspectos mais relevantes para compreender a forma-conteúdo da região, uma vez que a articulação espacial (interação e integração espacial) entre os elementos do espaço geográfico é quem estrutura os arranjos regionais e, por conseguinte, estabelece os conteúdos das regiões.

Outro ponto relevante para o debate é que as áreas das regiões atuais não precisam necessariamente ser contíguas e rígidas. Martin Jones (2022, p. 48, tradução nossa)⁶ pontua que atualmente “as regiões não têm promessa automática de integridade territorial, pois são formadas pela espacialidade do fluxo, da justaposição, da porosidade e da conectividade relacional”. Essa é a principal dificuldade para os diversos teóricos que criticam a existência das regiões. O que esses autores não percebem é que, na atualidade, são as

articulações espaciais que delimitam as regiões – e não necessariamente uma área zonal/contígua em si. Se a forma regional é baseada no conteúdo (atividade/função), caso a manifestação do fenômeno tenha buracos, a região terá essa forma espacial – com buracos. É a articulação propiciada pelo conteúdo o elemento delimitador da região, e é por isso que as regiões podem apresentar buracos, desde que estejam conectadas por redes. Jones (2022) menciona que as regiões geográficas são similares aos “plásticos”, tendo em vista que, embora tenham determinada rigidez, apresentam flexibilidade e seus conteúdos se estruturam em virtude da relacionalidade dos elementos dos fenômenos ali presentes.

Por consequência, a maneira como os fenômenos se estabelecem territorialmente, por intermédio das redes, é que configura as regiões. Anssi Paasi (2009, p. 467, tradução nossa)⁷ sintetiza esse fato ao afirmar que “todas as regiões têm algum tipo de forma territorial – limites que surgem e existem em várias práticas sociais, como cultura, governança, política ou economia, e que são fundamentais para distinguir uma região e um discurso de identidade de outros”.

Com isso, de acordo com Costa (2024, p. 104 e 105), “o debate atual diz respeito a essa área e a como ela existe mediante o fenômeno em si. Como os fenômenos são complexos e se estabelecem em redes, as regiões atualmente existem de acordo com essa forma territorial, isto é, as regiões geográficas são estruturadas mediante os fixos e fluxos articulados pelas redes geográficas”.

REGIÃO TURÍSTICA: LUGARES TURÍSTICOS ARTICULADOS

O debate regional não está circunscrito à ciência geográfica. Outras áreas do conhecimento científico se debruçam sobre essa questão e tecem suas críticas. O turismo, por exemplo, estabelece um debate fortuito acerca da existência das regiões turísticas. Esse debate ocorre especialmente pela dificuldade de compreensão sobre a natureza das regiões turísticas posta no contexto atual.

Há cerca de vinte anos, a obra de Roberto Boullón (2002), de grande repercussão, difundiu a ideia de que não havia regiões turísticas. Para o referido autor, a atividade turística apresenta buracos na sua estrutura espacial e, com isso, a ideia de região não se adaptaria a essa estrutura. Conforme Boullón (2002, p. 70), “nessas partes intermediárias é frequente encontrar todo tipo de atividades não-turísticas”. O autor critica a ciência geográfica ao afirmar que “a geografia econômica, ao observar as formas de produção do solo, abstrai as descontinuidades menores assinaladas e, depois de analisar detidamente a superfície da terra, estabelece sua estrutura com base nos elementos de interesse econômico predominantes” (*ibidem*).

O ponto principal é que Boullón reconhece que a atividade turística se estabelece de maneira seletiva no território, entretanto, ao pontuar a descontinuidade do turismo, afirma que quem trabalha com a ideia de regiões turísticas concebe essas regiões como áreas contíguas. De acordo com Boullón (2002, p. 79),

visto que o espaço turístico é entrecortado, não se pode recorrer a técnicas de regionalização para proceder a sua delimitação porque, de acordo com elas, seria preciso abranger toda a superfície do país ou da região em estudo, e caso isso fosse feito, grandes superfícies não turísticas figurariam como turísticas, cometendo-se um erro. Isso significa

que as regiões turísticas não existem. É precisamente para substituir a ideia de região turística que desenvolvemos a ideia de espaço turístico.

Qual o problema desse argumento? É que Boullón restringe a discussão regional a apenas uma perspectiva da região. Conforme Haesbaert (2010), as regiões podem ter uma área zonal (contígua/homogênea) e/ou reticular (nós, redes e fluxos). Assim, há um caráter duplo no que diz respeito a essa configuração espacial típica: existem as regiões homogêneas, com áreas zonais, e as regiões funcionais, cuja forma espacial apresenta reticularidades e pode apresentar buracos. Embora Boullón critique a ideia de região homogênea, uma vez que observa que o fenômeno turístico é descontínuo, a fragilidade de seu argumento diz respeito ao fato de que as regiões funcionais podem apresentar áreas descontínuas, o que não é mencionado por esse autor. Isso torna sua definição sobre regiões turísticas equivocada, pois não considera as regiões funcionais como configuração típica das regiões turísticas.

O Ministério do Turismo brasileiro, por sua vez, entende as regiões turísticas como áreas contíguas onde a prática turística ocorre (Brasil, 2019). Inclusive, o MTur estima que, no processo de regionalização do turismo, a existência das regiões turísticas deve estar associada à identidade e proximidade do fenômeno turístico. Segundo o Art. 1º da Portaria Nº 192, de 27 de dezembro de 2018, as Regiões Turísticas no território brasileiro observarão os seguintes parâmetros:

I - os municípios que a compõem devem possuir *características similares* e/ou complementares e aspectos que os identifiquem enquanto Região, ou seja, que tenham uma *identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica em comum*” e “II - os municípios que a compõem devem ser *limítrofes e/ou próximos* uns aos outros (Brasil, 2018b, *grifos nossos*).

Ou seja, o próprio MTur delega às regiões uma concepção regional fundamentada em princípios regionais clássicos, pois é uma visão do fenômeno turístico que se baseia na região homogênea. Esse entendimento regional é errôneo, uma vez que a atividade turística não necessariamente se articula em áreas próximas e/ou que tenham identidade. Cruz (2007, p. 33) afirma, ao tratar sobre as articulações espaciais do turismo, que “alguns lugares turísticos estão muito mais fortemente unidos a outros geograficamente bastante distantes do que a lugares de sua vizinhança”. Piriou (2019, p. 18, tradução nossa)⁸ menciona que “os locais frequentados diariamente seriam construídos segundo uma dialética de ‘continuidade/descontinuidade’”.

Assim, a proximidade não deve ser considerada isoladamente um aspecto definidor da instituição da área de uma região turística, tendo em vista que o turismo é uma atividade econômica que se estabelece de maneira seletiva e descontínua no território – e não necessariamente interligada apenas em áreas limítrofes/próximas. Com isso, o MTur comete um erro conceitual e metodológico ao definir a proximidade como um critério para a existência de uma região turística, pois desconsidera a articulação/integração entre os lugares/municípios e estabelece a proximidade como o fator delimitador da área de uma região turística.

Além disso, como aponta Haesbaert (2010), a identidade se associa à constituição das regiões homogêneas. De acordo com esse autor, o fenômeno regional atual não se estabelece exclusivamente baseado

identidade. Há regiões geográficas em que a identidade não é o fundamento definidor de sua forma-conteúdo. A coesão funcional, nesses casos, é que define as chamadas regiões funcionais/regiões redes, isto é, para determinados fenômenos geográficos, especialmente os que apresentam caráter econômico, a integração espacial entre os elementos do espaço vinculados àquele fenômeno é o fundamento definidor/delimitador da região.

Para Monbeig (1957, p. 127), “a pesquisa regional não deve, pois, deter-se na delimitação espacial da região, nem na enumeração e simples descrição dos elementos que formam a região natural. Mais do que isso, deve prender-se à explicação estrutural, isto é, demonstrar o mecanismo que une entre si os agentes formadores desse complexo geográfico”. O teórico francês explicita que é a estrutura espacial que delimita as regiões geográficas (acrescenta-se também as regiões turísticas).

O turismo é uma atividade econômica que se territorializa de forma descontínua (Cruz, 2002). Com isso, “as regiões turísticas também terão (podem ter) áreas descontínuas e, portanto, corresponderão às regiões funcionais, que se baseiam nos nós, nas redes e nos fluxos, sem a previsão de ter necessariamente exclusivamente áreas fechadas/contíguas” (Costa, 2024, p. 108).

Jerome Piriou (2019, p. 21, tradução nossa)⁹ comprehende que “a região turística é uma rede de lugares de acordo com as práticas espaciais dos atores” com alguma relação com o turismo. Com base nesse entendimento, pode-se afirmar que mesmo se os atores do turismo não usarem o território em sua totalidade, as áreas regionais se estabelecem de acordo com as práticas desenvolvidas, isto é, de forma seletiva através de pontos, nós e redes. Esse autor, ainda, estabelece três elementos que configuram as regiões turísticas: os turistas, as redes de lugares turísticos e a mobilidade turística. “A mobilidade é uma prática espacial visível. Os turistas registram suas ações em escala local ou regional” (Piriou, 2019, p. 58, tradução nossa)¹⁰.

Desse modo, a mobilidade turística (deslocamento dos turistas) define a existência da atividade turística e estrutura as regiões do turismo. Piriou (2016) ainda menciona que as redes, cujo papel é a conexão da mobilidade regional, configuram espacialmente as regiões turísticas, que, por sua vez, existem porque correspondem aos lugares turísticos conectados. Com isso, “a rede, que induz a uma certa descontinuidade, permite estabelecer um certo limite para a dimensão espacial das práticas” (*ibidem*, p. 2, tradução nossa)¹¹. Em razão desse fato é que “a difusão turística ocorre se os atores atuarem conectando os lugares” (*ibidem*, p. 3, tradução nossa)¹². Destarte, “a mobilidade turística constitui uma combinação de lugares turísticos e nos informa da estruturação da rede de lugares, bem como da sua dimensão espacial de acordo com a orientação do percurso percorrido” (*ibidem*, p. 6, tradução nossa)¹³.

A atividade turística se estrutura em redes e essa rede de lugares turísticos conectados representam as regiões turísticas. “A atividade turística mantém elevados graus de interdependência onde a evolução ou criação de relações colaborativas, tais como as redes, é mais do que um resultado natural” (Flores *et al.*, 2018, p. 80, tradução nossa)¹⁴.

Conforme Santos (2012, p. 94), é necessário “considerar a região como um conjunto de lugares”. Além disso, “as partes geográficas de uma região turística serão concebidas como um espaço em que o aspecto principal é a presença do turista e as possibilidades oferecidas (1^a parte), o portal de entrada e corredores de circulação desses visitantes (2^a parte), a atração principal (3^a parte), Sujeitos Sociais Sensibilizados (4^a parte) e os lugares sem atrativos turísticos (5^a parte)” (*ibidem*, p. 95 e 96).

Segundo Costa (2024), na realidade, sujeitos sensibilizados e lugares sem atrativos turísticos não integram uma região turística. De acordo com esse autor (*ibidem*), as partes integrantes de uma região do turismo são: turistas, infraestrutura, trabalhadores diretos e indiretos, passeios turísticos, vias de circulação e atrativos turísticos. Esses elementos configuram a estrutura regional e integram as distintas regiões do turismo.

Conforme Santos (2012), Piriou (2016; 2019) e Costa (2024), o principal elemento delimitador de uma região turística é o turista. Para Cruz (2002, p. 21), “é a presença do turista que define a existência de um lugar turístico”. Ao considerar que lugares turísticos articulados/integrados espacialmente formam uma região turística, deve-se conceber o que conecta essas localidades.

Para Sánchez (1991), Cruz (2018), Piriou (2019) e Santos (2013), o elemento que integra espacialmente os lugares turísticos, por intermédio das rotas, circuitos e passeios, é o turista. São disponibilizados passeios para os turistas e eles executam seus próprios passeios. Essa prática é indispensável para articular diferentes lugares e conectá-los. Conforme Féger e Etges (2014, p. 234, *grifos nossos*), “infere-se que o turista é o determinante das práticas turísticas em um território e por consequência desse fato ocorre a estruturação de empreendimentos econômicos, a fim de atendê-los (a infraestrutura turística) e, portanto, criando as evidências da *integração espacial*”.

As regiões turísticas são delimitadas através das conexões geradas pelos/para os turistas. Cabe pontuar que o turista não executa todo o direcionamento espacial ao qual ele se direciona. Grande parte dos passeios (mobilidade turística) é criada pelo próprio capital ou fomentada por gestores públicos. O turista, de forma menos intuitiva, segue esse direcionamento. Cruz (2018), acerca desse, fato menciona que

no que diz respeito ao direcionamento espacial dos fluxos de turistas pelo território brasileiro, pode-se afirmar que os turistas ‘domésticos’, mas também e principalmente, estrangeiros, têm pequeno ou quase nulo protagonismo na definição das geografias produzidas pelo turismo no País. (...) Portanto, parte expressiva dos indivíduos-turistas não viaja simplesmente para lugares escolhidos por tocarem suas almas e corações, mas, de forma bem menos romântica que isso, para onde o capital os deseja levar (Cruz, 2018, p. 13).

Ou seja, o desejo de visitar localidades e, especialmente, de se deslocar do destino turístico para os distintos atrativos (locais de visitação) é criado/cunhado normalmente por quem disponibiliza os passeios turísticos. Assim, “as regiões turísticas devem ser delimitadas pelos deslocamentos dos consumidores-turistas dos destinos turísticos em direção aos atrativos” (Costa, 2024, p. 110). Por isso que “esses deslocamentos implicam, entre outras coisas, que a prática do turismo tenha repercussões sobre

distintas porções do espaço” (Cruz, 2002, p. 17). Deve-se também ressaltar que “o que vai diferenciar as regiões turísticas de outras espacialidades, inclusive aquelas consideradas potencialmente turísticas, é a presença do visitante e não, simplesmente, a existência de infraestruturas típicas de uso turístico, porém não é possível desconsiderar a sua existência na análise de uma região, lugar, área ou espaço turístico” (Santos, 2012, p. 96).

Camara (2022) é outro pesquisador que debateu a estrutura das regiões turísticas. Consoante esse autor, a infraestrutura turística é importante para a delimitação de uma região turística, mas não deve ser considerada como o único elemento. Além disso, o supracitado autor também argumenta que atualmente as regiões clássicas não correspondem espacialmente às regiões turísticas atuais em virtude da configuração regional do turismo.

Sendo assim, a presença de turistas é imprescindível para que exista uma região turística. Não haverá uma região do turismo se não houver turistas. A infraestrutura é muito importante para o turismo, no entanto é indispensável, de todas as maneiras, ter turistas para que haja lugares turísticos e, mediante a conexão dos variados lugares turísticos, uma região turística. Piriou (2019) também critica os estudos e proposições que apenas levam em consideração os elementos de infraestrutura para tentar compreender as regiões turísticas. Dessa forma,

mas será que podemos confiar plenamente em uma leitura do uso de instalações e infraestruturas para entender como os indivíduos vivem em um local para fins turísticos? Se observarmos a medição da taxa de função turística dos locais, nos basearemos no número de leitos turísticos por habitante. Entretanto podemos considerar um local sem acomodações turísticas como fracamente turístico? Há muitos exemplos de lugares que os turistas visitam sem acomodação no local (praias, picos de montanhas, monumentos etc.) (Piriou, 2019, p. 19, tradução nossa)¹⁵.

Embora os dados quantitativos de leitos ou meios de hospedagem sejam importantes para compreender o funcionamento de uma região turística, é necessário analisar esse fenômeno em sua totalidade e observar especialmente a mobilidade espacial dos atores do turismo, principalmente os turistas. “Ou seja, deve-se observar que a atividade turística existe em prol dos turistas, e eles são, por consequência, estruturadores de todas as articulações regionais/espaciais do turismo. No entanto, não se pode esquecer que os atores empresariais e públicos são essenciais no direcionamento dos fluxos de turistas” (Costa, 2024, p. 111).

Assim sendo, as estadas, os serviços designados para os turistas e os deslocamentos turísticos integram as regiões do turismo. Nesse caso, o caráter regional do turismo (coesão funcional) é evidenciado pela mobilidade turística, tendo em vista que, mediante os fluxos de turistas, as regiões turísticas passam a apresentar áreas geralmente reticulares. Porquanto, “o lugar onde o turismo está incluído assume muitas formas, dependendo do grau de apropriação do lugar pelo turismo ou da copresença de múltiplos atores. A associação de vários lugares elementares de turismo permitiu revelar formas de escala regional” (Piriou, 2019, p. 21, tradução nossa)¹⁶.

Trusova *et. al.* (2020, p. 567 e 568, tradução nossa)¹⁷ afirmam que “é a direção desses fluxos que determina a natureza da interação entre as estruturas centrais e periféricas, transformando o espaço numa espécie de campo de forças”. Esses fluxos são inerentes à atividade turística e correspondem aos fluxos externos (deslocamentos da região de origem para a região de destino) e aos fluxos internos (turistas se deslocando do destino turístico/estadas para os variados atrativos e locais de visitação). Graças a essa complexidade que os autores constatam o seguinte fato:

nesse sentido, o desenvolvimento do mercado de serviços turísticos, levando em conta os aspectos polarizadores do sistema turístico regional, é caracterizado pela presença de duas tendências paralelas inter-relacionadas: por um lado, a influência indubitável do espaço econômico (o ambiente da existência do sistema turístico regional) e os recursos dos sujeitos dos serviços turísticos, por outro lado – a propagação simultânea de sua influência ativa no espaço de seu funcionamento, por meio de um complexo de subsistemas turísticos interconectados, ordenados por certas qualidades do sistema (Trusova et. al, 2020, p. 567, tradução nossa)¹⁸.

Como consequência, a mobilidade turística entre os destinos depende da presença de turistas, serviços adequados e infraestrutura apropriada. É por meio dessa interação que se estabelecem as articulações espaciais e, consequentemente, regionais do turismo.

Com isso, para compreender uma região turística, é necessário observar os fixos e os fluxos relacionados com essa atividade, isto é, como a mobilidade turística conecta os lugares turísticos. “A geografia dos fluxos depende, assim, da geografia dos fixos” (Santos, 2012a, p. 255). Apesar da conexão espacial entre os lugares turísticos ocorrer por conta dos turistas, é necessário que haja um conjunto de objetos geográficos (fixos) que permita essa interligação.

Portanto, concorda-se com o argumento de Palomeque (1993) sobre as regiões turísticas – que representam um conceito de difícil definição. O referido autor argumenta que “a utilização do conceito de região turística é realizada de forma intercambiável em diferentes escalas” (Palomeque, 1993, p. 57, tradução nossa)¹⁹. Segundo esse autor, há as regiões turísticas internacionais e intranacionais. Mas, apesar dessa variação, em ambos os casos quem delimita as regiões turísticas são os fixos e os fluxos.

É por isso que, segundo Piriou (2016), o fenômeno regional do turismo não pode ser considerado como algo homogêneo. Existem, assim, variadas redes de lugares turísticos articulados e essas redes se conectam de forma diversa e complexa. Segundo esse autor, as regiões turísticas, graças a sua forma territorial, apresentam distintos graus de conexão. Pode-se mencionar as seguintes estruturas regionais: continuum, aglomerados, pluripolos, bipolos e polos regionais. Sendo assim, as regiões turísticas têm desiguais graus de conexões internas e externas. Esse fenômeno é complexo, pois as regiões turísticas não se constituem como áreas perfeitas e iguais. Como aponta Costa (2024, p. 113), “cada região turística tem a sua própria particularidade a partir dos fixos, dos fluxos e das articulações espaciais existentes”.

A forma regional do turismo corresponde à multiarticulação dos lugares em diferentes trechos do território. Como cada conexão é específica devido às singularidades/particularidades da forma-conteúdo do

turismo, as regiões terão especificidades perante essa estrutura. Ou seja, as regiões podem ter áreas contíguas (zonais) ou reticulares (com descontinuidade espacial). É, na realidade, a forma-conteúdo do turismo quem irá definir a estrutura das regiões turísticas (nós, fluxos e redes).

Em síntese, como resume Costa (2024, p. 114),

lugares turísticos distantes e sem fronteiras espaciais podem integrar a mesma região turística – desde que haja conexão espacial (coesão funcional). O elemento delineador das regiões turísticas é a articulação entre os lugares turísticos promovida pelos turistas, ou melhor, pelos agentes que transportam os turistas dentro das regiões turísticas (mobilidade turística). Os limites das regiões turísticas, por conseguinte, correspondem a essa estrutura: nós, fluxos e redes.

As regiões turísticas, portanto, configuram-se conforme a forma-conteúdo do turismo. A região turística é uma rede de lugares turísticos articulados que, devido à estrutura territorial, se torna extremamente complexa em virtude da interação entre fixos e fluxos do turismo que se inscrevem/manifestam regionalmente no território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interação do mundo com os lugares, facilitada pelo mercado global e a possibilidade de lugares distantes se conectarem, foi imprescindível para a transformação da estrutura do turismo globalmente. Além disso, em escala regional, o turismo também se complexificou. Se antes os fenômenos eram circunscritos a uma área zonal e contígua, atualmente lugares distantes podem ter relações fortuitas e formar uma região, caso estejam conectados através dos passeios disponibilizados pela mobilidade turística, isto é, interligados pelo deslocamento dos turistas dos destinos turísticos em direção aos atrativos/locais de visitação.

Desse modo, a proximidade não é o fator definidor das regiões turísticas; o mais importante é a coerência funcional entre os elementos espaciais que articula regionalmente as distintas localidades. Por isso as regiões contemporâneas são funcionais, uma vez que se estruturam através de nós, pontos e redes no espaço geográfico. As novas técnicas impuseram uma redefinição da forma-conteúdo regional.

O turismo, por sua vez, também se transforma. As regiões turísticas não podem ser estabelecidas como uma área fechada em si mesma; pelo contrário, é a rede de lugares turísticos articulados, através dos deslocamentos dos turistas, que estrutura as regiões do turismo. Essa compreensão redefine o entendimento a respeito da prática turística e de como os gestores/acadêmicos devem interpretar as regiões do turismo.

Desse modo, o conteúdo regional do turismo se tornou mais complexo. O conceito de região turística não desaparece nem perde a sua importância. O que acontece é a redefinição de suas características de acordo com a estrutura do turismo. A forma-conteúdo atual do turismo corresponde a uma atividade que usa seletivamente e de forma descontínua o território, articulando os destinos aos locais de visitação do turismo. Logo, é perante essa territorialização que as regiões turísticas existem – caracterizando-se como móveis, flexíveis e reticulares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: Edusc, 2002.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Portaria Ministerial nº 192, de 27 de dezembro de 2018: estabelece critérios para a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, instituído pela Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, e dá outras providências**. Disponível em: <[PORTARIA MTUR Nº 192, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 — Ministério do Turismo \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/mtur/pt-br/assuntos/turismo-regional/legislacao/legisacao-regional/legisacao-regional)>. Acesso em: 04 jul. 2024.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Regionalização: sensibilização e mobilização**. Brasília, DF, 2019.
- CAMARA, G. Comment on “A new European regional tourism typology”. **Annals of Tourism Research Empirical Insights**, v. 3, p. 100041, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.annale.2022.100041>
- CLAVAL, P. Le problème régional en géographie. **Géographie et cultures**, n. 100, p. 1-15, 2016. <https://doi.org/10.4000/gc.4712>
- CRUZ, R. C. A. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2002.
- CRUZ, R. C. A. Desenvolvimento desigual e turismo no Brasil. **Confins**, n. 3, 2018. <https://doi.org/10.4000/confins.13707>
- CÔRREA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 2003.
- COSTA, H. A. **A norma e a forma das regiões turísticas no Brasil: proposta teórico-metodológica de regionalização do turismo**. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2024). Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/59809>.
- FEGER, J. E.; ETGES, V. E. Regionalização para o planejamento do desenvolvimento turístico: uma discussão sobre critérios para a determinação de áreas com vistas a aplicar a política pública do setor. In: PIMENTEL, T.; EMMENDOERFER, M.; TOMAZZONI, E. (Orgs.). **Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações**. Caxias do Sul: Educs, 2014. p. 231-255.
- FLORES, S. G. Z.; CONTRERAS, T. C.; HERNÁNDEZ, I. I. Z. Reticularity and innovation in actors and stakeholders of health tourism: competitiveness case in Los Algodones, Baja California. **Nóesis, Revista de Ciências Sociais e Humanidades**, v. 27, p. 78-97, 2020. <https://doi.org/10.20983/noesis.2018.4.5>
- HAESBAERT, R. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização da geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- JONES, M. For a ‘new new regional geography’: plastic regions and more-than-relational regionality. **Geografiska Annaler: Series B, Human Geography**, v. 104, n. 1, p. 43-58, 2022. <https://doi.org/10.1080/04353684.2022.2028575>
- KAYSER, B. A região como objeto de estudo da geografia. In: GEORGE, P. (Org.). **Geografia ativa**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968. p. 279-321.
- LACOSTE, Y. **A Geografia isto serve, antes de mais nada, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1988.
- LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.
- MONBEIG, P. **Novos estudos de geografia humana brasileira**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957.
- MURPHY, A. B.; O'LOUGHLIN, J. New horizons for regional geography. **Eurasian Geography and Economics**, v. 50, n. 3, p. 241-251, 2009. <https://doi.org/10.2747/1539-7216.50.3.241>

NÓBREGA, P. R. C. Reflexões didáticas sobre o conceito de região na geografia. **Rev. Tamoios**, v. 11, n. 1, p. 107-130, jan./jun. 2015. <https://doi.org/10.12957/tamoios.2015.18137>

NONATO JUNIOR, R. **Geografia regional da fronteira franco brasileira: a tensão entre “regionalização” e “internacionalização” do espaço oyapockois.** (Tese de Doutorado, Université Paris 3 - Sorbonne Nouvelle, 2016).

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma (re)ligião.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

PAASI, A. Regions and regional dynamics. In: RUMFORD, C. (Ed.). **The SAGE handbook of European studies.** Thousand Oaks, CA: Sage Publications Ltd, 2009. p. 465-484.

PAASI, A. Regional geography. In: **International encyclopedia of human geography.** 2. ed. Publisher: Elsevier, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/41334596/Paasi_Anssi_2020_Regional_Geography

PALOMEQUE, F. L. Modalidades turísticas y tipologías de espacios turísticos. **Papers de Turisme, Espanha**, n. 11, p. 49-64, 1993.

PIRIOU, J. La dimension régionale du système touristique: une lecture réticulaire par les pratiques spatiales des touristes au sein de l'espace des « châteaux de la Loire ». **Mondes du Tourisme**, Hors-série, p. 1-28, 2016. <https://doi.org/10.4000/tourisme.1276>

PIRIOU, J. **The tourist region: a co-construction of tourism stakeholders.** London: ISTE, 2019.

RIBEIRO, A. C. T. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, E. et al. (Orgs.). **Brasil século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas.** Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015.

SÁNCHEZ, J. E. **Espacio, economía y sociedad.** Madri: Siglo Veintiuno Editores, 1991.

SANTOS, J. C. V. Partes geográficas de uma região turística: abordagens preliminares. In: PORTGUEZ, A. P.; SEABRA, G.; ODALÉIA TELLES (Orgs.). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. p. 93-103.

SANTOS, J. C. V. **Região e destino turístico: sujeitos sensibilizados na geografia dos lugares.** São Paulo: All Print Editora, 2013.

SANTOS, M. Região: globalização e identidade. In: LIMA, L. C. (Org.). **Conhecimento e reconhecimento: uma homenagem ao geógrafo cidadão do mundo.** Fortaleza: Educce/LCR, 2003. p. 53-64.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** São Paulo: Edusp, 2012a.

SANTOS, M. **Espaço e método.** São Paulo: Edusp, 2012b.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo.** São Paulo: Edusp, 2013.

TRUSOVA, N. V. et al. The imperatives of the development of the tourist services market in spatial polarization of the regional tourist system. **GeoJournal of Tourism and Geosites**, v. 29, n. 2, p. 565-578, 2020. <https://doi.org/10.30892/gtg.29215-490>

VARGAS, R. M. El método de construcción regional del turismo en México: una aproximación espacial. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 10, n. 4, p. 637-652, 2018. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v10i4p637>

Notas

“Regionalization as a practice to distinguish regions by dividing or integrating spaces is continually important in both regional planning and the governance of the spatiality of social life”.

² “the region was predicted to vanish alongside with the rise of ‘dynamic modernity’ in societies. Yet, the region has stubbornly persisted in both academic debates and wider social practices”.

³ “the regional geography that is needed today is different from mid-20th-century regional geography, and it is not the regional geography that one finds in popular accounts of the role of geography in contemporary affairs (e.g., Kaplan, 2009). Instead it is a regional geography that is concerned with explanation, not just description; that treats regions as constantly shifting products of social and economic relations, not simply as units that need to be understood; and that does not look at regions in isolation, but instead sees them in relation to developments unfolding both above and below the scale of the region”.

⁴ “regions are therefore not isolated islands but *effectively constituted by networks and processes extending well beyond the borders of each region*. Today this context is more often than not the global neoliberal landscape. Regions are also time- and space-specific, having their beginning and end”.

⁵ “la región es un mar de relaciones, formas, estructuras, funciones y organizaciones que pertenecen a distintos estratos de *interacción*”.

⁶ “Regions have no automatic promise of territorial integrity since they are made through the spatiality of flow, juxtaposition, porosity, and relational connectivity”.

⁷ “all regions have some kind of *territorial shape* – boundaries that emerge and exist in various social practices such as culture, governance, politics or economy and that are instrumental in distinguishing one region and identity discourse from others”.

⁸ “the places frequented on a daily basis, would be built according to a dialectic of ‘continuity/discontinuity’”.

⁹ “the tourist region as a network of places according to the spatial practices of actors”.

¹⁰ “Mobility is a visible spatial practice. Tourists register their actions on a local or regional scale”.

¹¹ “le réseau, qui induit une certaine discontinuité, permet d’établir une certaine limite à la dimension spatiale des pratiques”.

¹² “la diffusion touristique se fait si les acteurs agissent en mettant en relation les lieux”.

¹³ “la mobilité touristique constitue une combinaison de lieux touristiques et nous informe de la structuration d’un réseau de lieux, ainsi que de sa dimension spatiale selon une orientation de l’itinéraire réalisé”.

¹⁴ “La actividad turística mantiene altos grados de interdependencia donde la evolución o creación de relaciones de colaboración, tales como redes, es más que un resultado natural”.

¹⁵ “but can we fully trust a reading of the use of facilities and infrastructures to understand how individuals live in a place for tourism purposes? If we look at the measurement of the tourist function rate of the places, we base ourselves on the number of tourist beds per inhabitant. However, can we consider a place without tourist accommodation as weakly tourist? There are many examples of places where tourists visit without *in situ* accommodation (beaches, mountain peaks, monuments, etc.)”.

¹⁶ “the place where tourism is included takes many forms, depending on the degree of appropriation of the place by tourism or the co-presence of multiple actors. The association of several elementary places of tourism has made it possible to reveal forms of regional scale”.

¹⁷ “it is the direction of these flows that determine the nature of the interaction between the central and peripheral structures, transforming the space into a semblance of a force field”.

¹⁸ “in this regard, the development of the tourist services market, taking into account the polarizing aspects of the regional tourist system, is characterized by the presence of two parallel interrelated tendencies: on the one hand, the undoubted influence of the economic space (the environment of the existence of the regional tourist system) and the resources of the subjects of tourist services, on the other hand – the simultaneous spread of its active influence on the space of its functioning, through a complex of interconnected tourist subsystems, ordered by certain qualities of the system”.

¹⁹ “el uso del concepto de región turística se realiza indistintamente a diferentes escalas”.

SOBRE A AUTORA

Hugo Aureliano da Costa  - Doutor, Mestre e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com especialização em Práticas Assertivas na Educação Profissional integrada à EJA pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Professor efetivo de Geografia na Rede Municipal de Natal/RN e professor seletivo na SEEC/RN. Membro-pesquisador do grupo Turismo e Sociedade (DGE/UFRN), da Rede BEMC (Brasil, Espanha, México e Chile) e da Rede Internacional de Turismo e Dinâmicas Socioterritoriais Contemporâneas.

E-mail: aureliano.hugo@gmail.com

Maria Aparecida Pontes da Fonseca  - É professora titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com dedicação exclusiva, desde 1993. Participa do Programa de Pós Graduação em Geografia e do Programa de Pós Graduação em Turismo, ambos vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista produtividade em pesquisa - PQ-2/CNPq. Coordena o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa Turismo e Sociedade - DGE/UFRN, que congrega pesquisadores de diversas áreas de conhecimento e a Rede BEMC, onde participa pesquisadores do Brasil, Espanha, México e Chile. É membro da Rede Internacional de Pesquisa Turismo e Dinâmicas Socioterritorias e da Rede Cidade Litorâneas e Turismo - CILITUR.

E-mail: maria.pontes@ufrn.br

Data de submissão: 01 de janeiro de 2024

Aceito para publicação: 23 de abril de 2025

Data de publicação: 25 de maio de 2025